

EDITORIAL

Com grande satisfação, a Associação Paulista de Estudos Tributários (APET) apresenta a edição do 52º número da *Revista de Direito Tributário*, publicação semestral que reafirma o compromisso da entidade com a produção científica de excelência e o debate plural sobre os rumos do sistema fiscal brasileiro.

Esta edição se insere em um momento decisivo da história tributária nacional. A entrada em vigor da Lei Complementar n. 214/2025, que regulamenta o novo IVA Dual (IBS e CBS) previsto pela Emenda Constitucional n. 132/2023, inaugura uma era de profunda transformação no modelo de tributação sobre o consumo. Não por acaso, os artigos reunidos neste número refletem a preocupação da comunidade acadêmica com os impactos jurídicos, contábeis e econômicos dessa transição.

A seção “Autores convidados” inaugura o número com textos que espelham a vitalidade da pesquisa tributária contemporânea. Itamar Artur Magalhães Alves Ruga e Thais De Laurentiis examinam “a nova arquitetura do crédito fiscal e seus reflexos sobre o fluxo de caixa empresarial”, enquanto Monick de Souza Quintas e Carlos Henrique Machado propõem uma reflexão sobre “educação tributária e cidadania em um sistema fiscal complexo”. Solon Sehn retoma a discussão sobre “o conceito jurídico de renda”, tema central à compreensão do imposto sobre a renda e à própria dogmática tributária. Fechando a seção, Sonia de Queiroz Accioly e Julia de Menezes Nogueira analisam o Projeto de Lei 1.087, destacando seu papel na redução das distorções e no avanço da progressividade do Imposto de Renda no Brasil.

Na seção “Artigos”, o leitor encontrará uma ampla variedade de temas que demonstram a riqueza do pensamento tributário nacional: desde a eficiência e a segurança jurídica no sistema recursal, analisadas por Anderson de Paiva Gabriel e Marília Cavagni, até os novos contornos do acordo de não persecução tributária, estudados por Antonio Carlos de Souza Júnior.

A edição ainda contempla pesquisas sobre preços de transferência (Antonio Lopo Martinez), créditos de ICMS sobre produtos intermediários (Eduardo Pires Santana), planejamento tributário de pessoas físicas (Isadora Machado

Hartmann), e importação por encomenda e conta e ordem (Janaina Gaspar e André Felix Ricotta de Oliveira).

Outros temas de grande relevância completam este número, como o federalismo fiscal na Constituição de 1988, a análise do conceito constitucional de renda, os impactos fiscais na contabilização do AFAC e as novas fronteiras do Direito Tributário Digital.

A *Revista de Direito Tributário da APET*, sob nossa coordenação editorial, reafirma, com este 52º número, sua vocação de servir como espaço de reflexão crítica e interdisciplinar.

Ao reunir autores experientes e jovens pesquisadores de diversas regiões do País, a publicação reforça a missão da APET de promover o estudo técnico, ético e científico do Direito Tributário, em diálogo com a realidade social e econômica brasileira.

Boa leitura!

Marcelo Magalhães Peixoto